








2020

RELATÓRIO
DE **GESTÃO**

SUMÁRIO

—

-  **03** Mensagem do Presidente
-  **05** Cenário econômico
-  **07** Estrutura sistêmica
-  **09** Nossa evolução
-  **15** Governança corporativa
-  **20** Relatório da Administração
-  **21** Demonstrações financeiras e contábeis
-  **55** Parecer do Conselho Fiscal
-  **57** Agências



Fortalecendo o cooperado

O impacto da pandemia da Covid-19 no mundo será tema de debates por um longo tempo. Quem viveu - está vivendo - esta época terá muita história, infelizmente, triste, para contar. Mas também é uma época de superação e transformação, pois a sociedade tem se adaptado e melhorado para enfrentar uma doença sanitária desta proporção. No Sicoob Coopercred, ocorreram mudanças atendendo aos protocolos e decretos, visando, principalmente, à segurança dos cooperados e dos colaboradores. Fomos rígidos. Internamente, reavaliamos nossos processos, tornando-os mais consistentes, demos maior agilidade e segurança nas decisões estratégicas. Notadamente aos processos de concessão e recuperação de créditos, que se tornaram primordiais nesse momento turbulento de pandemia.

Além da pandemia, que agravou a situação da economia e do setor, em 2020, nosso resultado foi impactado fortemente devido aos índices de provisionamento de operações de crédito. O valor provisionado foi mais do que o dobro em comparação ao ano anterior. Esse fator não foi privilégio somente de nossa cooperativa, abrangendo todo o sistema financeiro nacional. O valor que já estava em um patamar elevado foi ainda mais ampliado com os impactos da pandemia nas instituições financeiras, que se viram obrigadas a serem mais conservadoras e aumentarem os valores referentes às provisões. Mesmo diante desse cenário, vemos com bons olhos nosso resultado e projetamos um panorama promissor para o próximo ano, principalmente devido ao nosso plano de expansão.

Podemos listar bons motivos para nossa confiança, como: Conselhos (Administração e Fiscal) presentes e atuantes; processo sólido de governança corporativa; quadro de funcioná-

rios em constante desenvolvimento; cooperados fidelizados; índices consistentes; e, entre outros, transparência e profissionalismo nas relações. Esses motivos, cada um deles, são mérito de muito trabalho de várias equipes que convergem para uma boa gestão.

Destacamos em 2020, o Agronegócio, que, como sempre, é o alicerce de nossa economia e teve papel relevante em nosso desempenho, agregando valor e trazendo riqueza para a região. Como nosso DNA é o Agronegócio, fomos impactados sensível e positivamente por esse setor. Mas, em um ano atípico, aceleramos práticas já adotadas pelo Sicoob Coopercred em ações periódicas para trazer nossos cooperados para o nosso dia a dia, visando inserí-los no contexto cooperativista.

O cenário turbulento e desfavorável de 2020 foi propício para unirmos força, identificarmos pontos a serem melhorados e integrar os elos de sustentação da cooperativa. Com tudo melhor ajustado, demos início ao nosso plano de expansão em 2020, com abertura de agência inicialmente no estado da Bahia, mais precisamente no Oeste Baiano. Temos em nosso planejamento estratégico, a expansão de nossa atuação com abertura de cinco novas agências. Essa realidade de superação e vitórias se deve a toda uma convergência de dedicação e planejamento, que envolve profissionalismo e respeito de todos os lados, colaboradores, diretores, conselheiros, cooperados e parceiros, como a Central Sicoob Uni. Essa é uma maneira de explicar nossa força em continuar, em vencer, em propor caminhos, mesmo diante de desafios e tragédias, na qual pessoas próximas de todos foram vitimadas por este vírus tão letal. Homenageamos a todos neste momento, dedicando a eles nossas orações. É com fé e esperança, com gratidão e respeito que fechamos mais um ano, sabendo da nossa capacidade de levar o propósito da justiça financeira aos nossos cooperados e honrar nossos compromissos com o sistema. Obrigado a todos.

Rodrigo Penna de Siqueira
Presidente do Sicoob Coopercred



2020 - UM ANO INESQUECÍVEL

A pandemia da COVID-19 marcou de forma indelével a história da humanidade.

O imenso impacto na saúde e na qualidade de vida, no mundo como um todo, teve desdobramentos fortes na economia das pessoas e dos países.

No Brasil, o setor financeiro teve a pior lucratividade na comparação com as últimas décadas. Sofreu o impacto direto da pandemia e da redução da atividade econômica. Mas recebeu um impacto de força similar com a redução dos juros básicos - SELIC - para a menor média da história brasileira, estabilizando-se em 2% ao ano. Os provisionamentos por possíveis perdas com empréstimos correram parte dos lucros do ano. O lucro combinado das grandes instituições financeiras fechou 2020 em média um quarto a menos do

que o do ano anterior. A rentabilidade dos quatro maiores bancos com capital aberto - segundo estudo da Economática - caiu de 19,1% (2019) para 13,5% (2020).

Para 2021, o cenário é bem menos turvo. Os bancos já estão mais enxutos com os ajustes, reduções de agências, menor custo de risco e investimentos em tecnologia, provisionamentos já foram realizados e a taxa Selic deve assumir um viés de alta. Tudo favorece a recuperação dos resultados na comparação com a base deste ano que fechou.

O Sistema Sicoob, contudo, se fortaleceu.

Cresceu em número de agências, quantidade de cooperados, em operações de crédito e resultados financeiros.

Quando se analisa os dados da nossa Central Sicoob Uni, a reali-

dade é bastante alvissareira.

As cooperativas filiadas avançaram nos seus processos de desenvolvimento de negócios e aperfeiçoamento da governança. E a própria Central acompanhou o ritmo.

O consolidado das cooperativas filiadas apresentou um aumento dos ativos totais de 45%, ultrapassando 12 bilhões de reais. Os depósitos cresceram 48%, atingindo 8 bilhões de reais e as operações de crédito tiveram aumento de 41%, superando 6 bilhões de reais. O resultado financeiro foi espetacular: aumentou de cerca de 305

para quase 370 milhões de reais.

Que 2021 seja um ano com menor sofrimento para as pessoas e para a economia!

Que em 2021 nossas cooperativas prossigam na senda do crescimento e do desenvolvimento!

E que Deus nos ajude!





CENTRO COOPERATIVO SICOOB (CCS)

INSTITUTO VOLTADO PARA O INVESTIMENTO SOCIAL ESTRATÉGICO
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
SEGURADORA DO RAMO VIDA E PREVIDÊNCIA
PROCESSADORA E BANDEIRA DE CARTÕES
ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
BANCO COOPERATIVO
CONFEDERAÇÃO

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Inspiradora;
Inovação e Simplicidade.



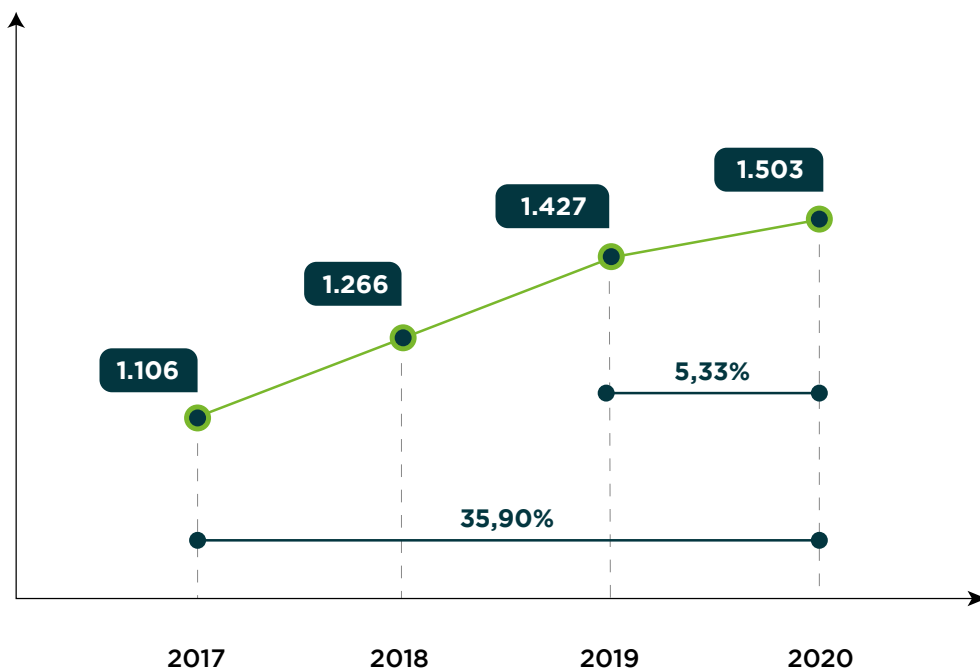
Crescimento do Sicoob Coopercred





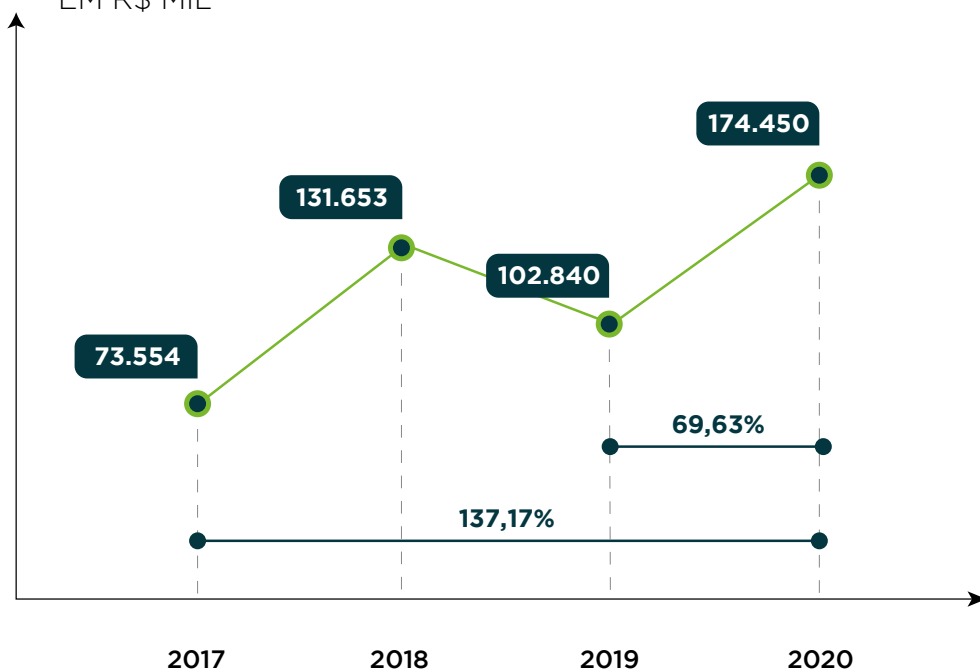
COOPERADOS

QUANTIDADE FECHADA EM 31/12/2020



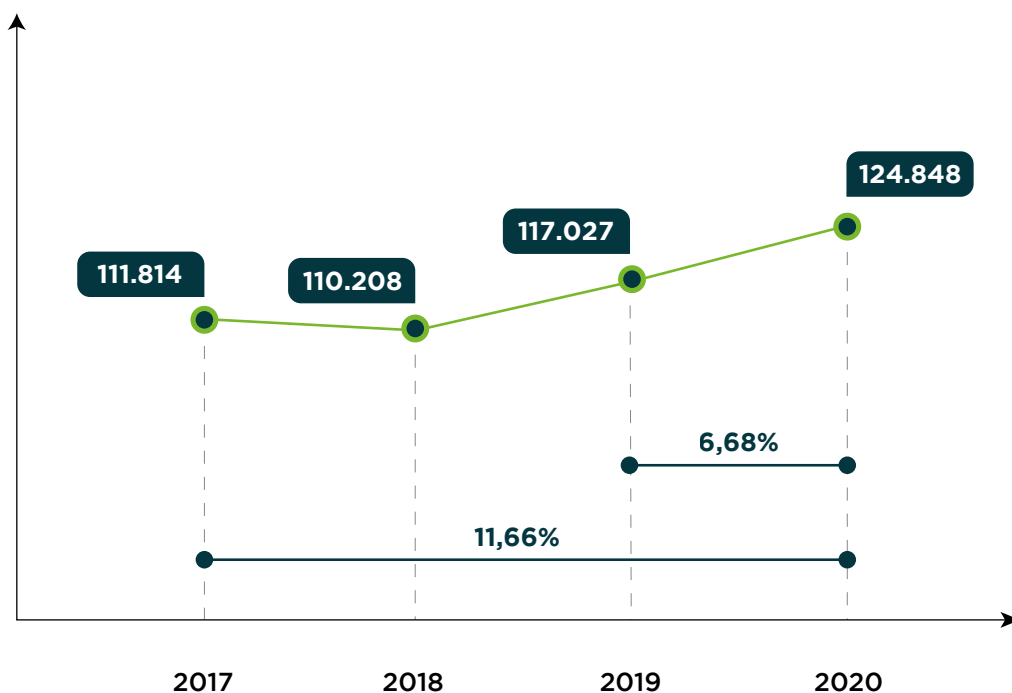
DEPÓSITOS TOTAIS

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



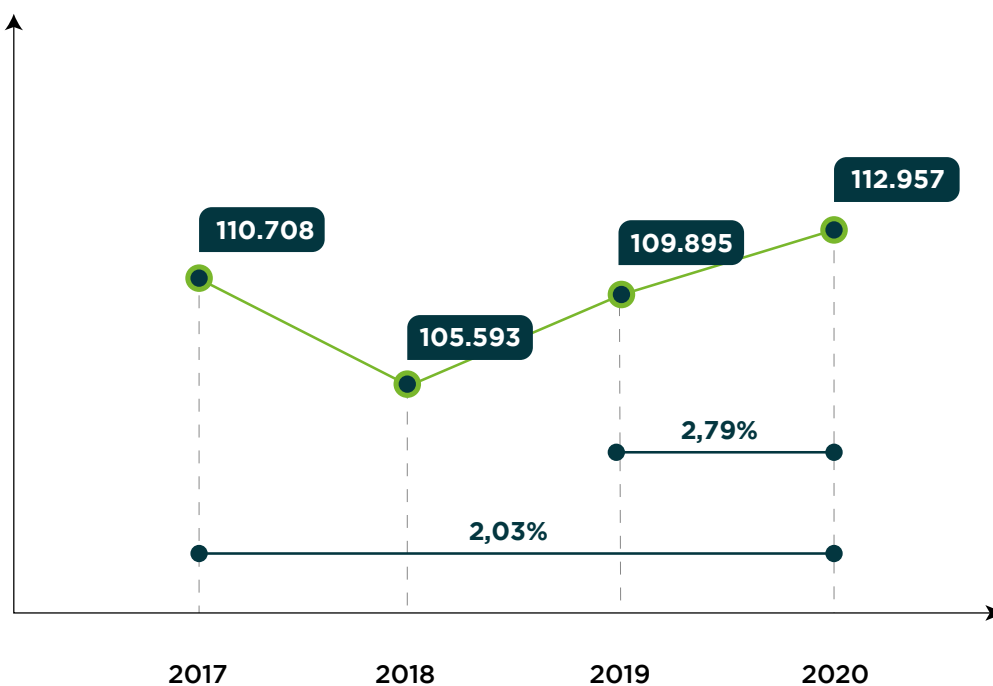
➔ CARTEIRA DE CRÉDITO

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



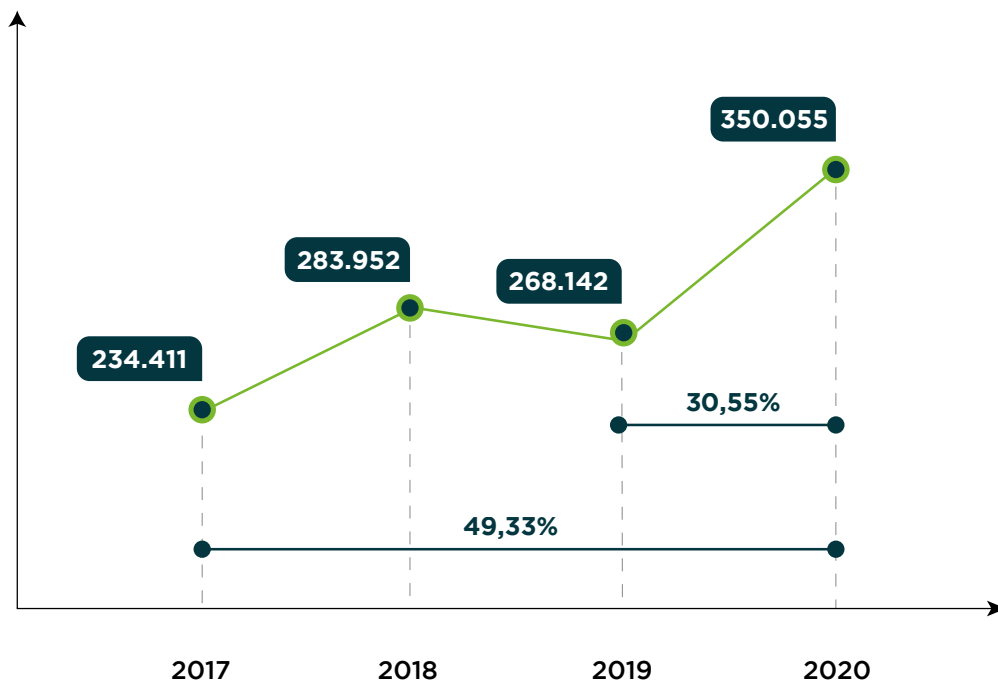
➔ PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



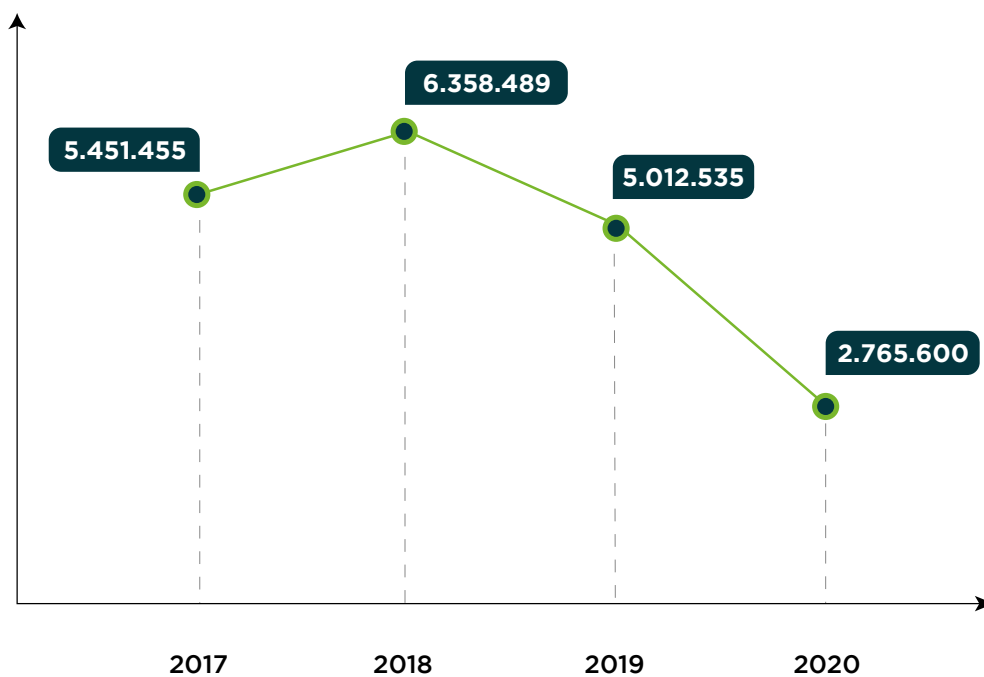
⇒ ATIVO TOTAL

SALDO FINAL
EM R\$ MIL



⇒ SOBRAS DO EXERCÍCIO

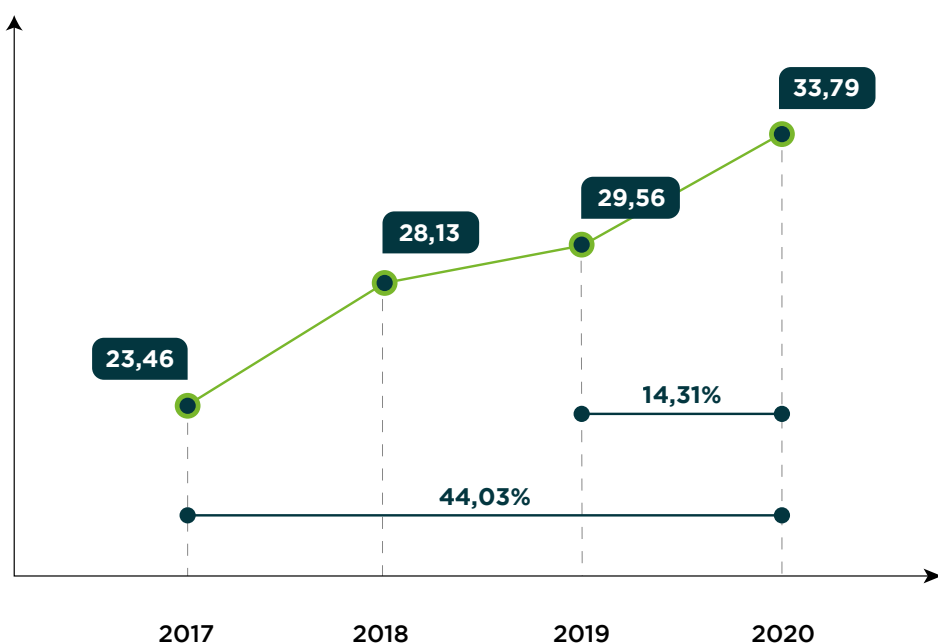
SALDO ACUMULADO NO EXERCÍCIO DE 2020
EM R\$





ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO

ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



RENTABILIDADE DO PL (-JCP): ROE

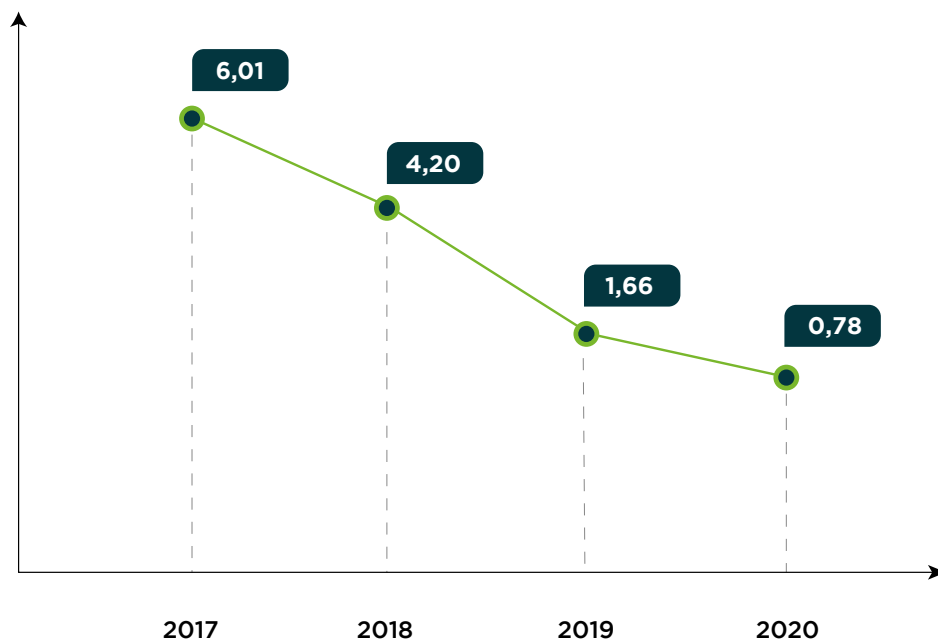
VALOR CALCULADO CONTA GERENCIAL





RENTABILIDADE DO ATIVO - ROA

VALOR CALCULADO CONTA GERENCIAL



GANHO SOCIAL RENDA AGREGADA 2020

PRODUTOS		SFN TAXA MÉDIA MENSAL	SICOOB COOPERCRED TAXA MÉDIA MENSAL	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO
Juros	CHEQUE ESPECIAL (PF)	6,76%	4,00%	R\$ 161.160
	EMPRÉSTIMOS	2,46%	1,45%	R\$ 7.900.424
	FINANCIAMENTOS (VEÍCULOS - PF)	1,48%	1,16%	R\$ 2.199
	CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,53%	6,69%	R\$ 158.852
	CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	7,99%	5,93%	R\$ 14.182
	CHEQUE ESPECIAL (PJ)/CONTA GARANTIDA	2,22%	4,00%	-R\$ 104.661
	TÍTULOS DESCONTADOS	1,83%	1,26%	R\$ 519.425
	FINANCIAMENTOS (VEÍCULOS - PJ)	0,94%	1,21%	-R\$ 3.037
	FINANCIAMENTOS (BENS E SERVIÇOS - PJ)	0,98%	0,92%	R\$ 86
	Total juros			R\$ 8.648.631
Tarifas	PESSOA FÍSICA ¹	R\$ 53,67	R\$ 5,64	R\$ 462.214
	PESSOA JURÍDICA ²	R\$ 155,01	R\$ 28,59	R\$ 608.365
Total tarifas			R\$ 1.070.580	
Consórcios ³	IMÓVEIS	18,47%	7,31%	R\$ 1.504
	CAMINHÕES	12,76%	N/D	-
	VEÍCULOS	13,46%	6,30%	R\$ 3.350
	MOTOS	14,30%	N/D	-
	OUTROS BENS	15,05%	N/D	-
	SERVIÇOS	16,44%	7,76%	R\$ 273
Total consórcios			R\$ 5.127	
Captação (remuneração)	DEPÓSITOS A PRAZO	0,34%	0,20%	-R\$ 2.354.051
Total captação			-R\$ 2.354.051	
Adquirência	TRANSAÇÃO DÉBITO (MDR)	1,95%	1,85%	R\$ 10.234
	TRANSAÇÃO CRÉDITO À VISTA (MDR)	3,08%	2,58%	R\$ 18.942
	TRANSAÇÃO CRÉDITO PARCELADO (MDR)	5,85%	3,56%	R\$ 89.881
	TAXA ANTECIPAÇÃO	2,84%	1,82%	R\$ 174.570
Total adquirência			R\$ 293.628	
Economia total			R\$ 7.663.915	
Sobras brutas à disposição da AGO⁴			R\$ 2.405.443	
Economia total + Sobras brutas à disposição da AGO			R\$ 10.069.358	
Cooperados ativos (qtd) - SICOOB COOPERCRED				1.203
VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERADO ATIVO)				R\$ 8.370

Fonte: Centro Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Nota: Taxas do SFN (média do período)/Não constam os produtos Seguros e Previdência, devido à impossibilidade de obtenção das taxas médias de mercado.

Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob - Estratégia e Gestão/Inovação e Análise de Mercado.

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacote Padronizado de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 15 de março de 2013).

²Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos seguintes eventos: abertura de conta, cartão múltiplo, talonário de cheque com 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços.

³ Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de administração mensal equivalente ao período analisado.

⁴ Assembleia Geral Ordinária.



Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.



Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:
 - ° ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
 - ° como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema,

regional ou nacional;

° ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

° ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – interna e externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG - Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:

- relatório da gestão;
- demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
- demonstrativo dos resultados - das sobras ou perdas apuradas.
 - destinação dos resultados;
 - eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
 - reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos - legais, estatutários e regimentais - além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad - Conselho de Administração:

O Conad, composto de 4 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o Conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

3 Direx - Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 2 membros - Diretor Geral e Administrativo, e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;

- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.





A administração do Sicoob Coopercred, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as demonstrações financeiras e contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Seguindo os valores cooperativistas, em especial a transparência, esclarecemos aos nossos cooperados a situação econômico-financeira e patrimonial da cooperativa, buscando voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

No decorrer de 2020, a cooperativa atuou em diversas iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua; adaptou-se para apoiar seus cooperados e atendê-los com segurança em razão da pandemia da Covid-19, e ainda garantir a plena continuidade dos trabalhos de seus colaboradores mesmo no contexto pandêmico; além de promover ações em atenção à sociedade em geral.

Como direcionador de trabalho, tivemos o Planejamento Estratégico 2020-2023. Entre as grandes metas aspiracionais temos: crescer 25% em Ativos Totais, crescer 25% em Operações de Crédito, crescer 17% em número de cooperados e crescer 30% em Depósitos Totais. Com todo esse resultado, conseguimos rentabilizar os ativos em 3,16%.

Apesar da pandemia, foram atingidos os seguintes números abaixo mencionados:

Dados	Realizado
Cooperados	1.503
Depósitos Totais*	R\$ 174.450
Carteira de Crédito*	R\$ 124.848
Patrimônio Líquido*	R\$ 112.957
Ativo Total*	R\$ 350.055
Sobras do Exercício	R\$ 2.765.600

*Valores em milhares.



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		350.055.879,62	268.142.779,80
Circulante		306.808.146,41	233.052.820,60
Caixa e Equivalentes de Caixa		212.050.106,74	127.093.857,77
Disponibilidades		394.794,27	218.384,16
Centralização Financeira - Cooperativas		211.655.312,47	126.875.473,61
Instrumentos Financeiros		1.746.806,00	7.285.881,22
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.746.806,00	7.285.881,22
Operações de Crédito		86.087.659,47	92.343.779,09
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		39.211.215,50	41.302.937,95
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(9.710.896,71)	(4.367.656,18)
Financiamentos		958.323,13	678.641,82
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(20.354,02)	(33.025,88)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		57.247.860,89	55.636.621,97
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.598.489,32)	(873.740,59)
Outros Créditos		3.306.521,59	3.060.656,47
Créditos por Avais e Fianças Honradas		181.682,64	33.350,27
Rendas a Receber		393.240,72	589.214,02
Diversos		2.768.690,35	2.395.033,81
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		144.421,34	69.913,13
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(181.513,46)	(26.854,76)
Outros Valores e Bens		3.617.052,61	3.268.646,05
Outros Valores e Bens		3.570.617,24	3.242.242,76
Despesas Antecipadas		46.435,37	26.403,29
Não Circulante		43.247.733,21	35.089.959,20
Realizável a Longo Prazo		27.051.185,50	20.958.134,41
Operações de Crédito		25.197.559,31	18.245.168,02
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		17.864.624,89	9.297.108,75
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.063.687,08)	(961.096,58)
Financiamentos		1.403.809,22	607.173,15
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(21.502,03)	(17.360,29)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		8.162.065,99	9.504.904,62
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(147.751,68)	(185.561,63)
Outros Créditos		1.853.626,19	2.712.966,39
Diversos		1.478.000,00	2.336.000,00
Devedores por Depósitos em Garantia		429.266,19	423.866,19
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(53.640,00)	(46.899,80)
Permanente		16.196.547,71	14.131.824,79
Investimentos		13.600.223,35	12.941.336,78
Participação em Cooperativa Central de Crédito		6.182.638,54	6.016.708,81
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa de Crédito		7.417.584,81	6.924.627,97
Imobilizado de Uso		2.595.906,26	1.182.912,22
Imobilizado de Uso		3.447.308,75	1.884.503,37
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(851.402,49)	(701.591,15)
Intangível		418,10	7.575,79
Ativos Intangíveis		50.744,29	50.744,29
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(50.326,19)	(43.168,50)
Total do Ativo		350.055.879,62	268.142.779,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		237.098.328,58	158.247.221,91
Circulante		230.754.950,97	152.978.041,41
Depósitos		156.951.638,07	74.586.961,87
Depósitos à Vista		26.801.049,31	20.888.280,89
Depósitos a Prazo		130.150.588,76	53.698.680,98
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		17.499.236,51	28.253.999,90
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		17.499.236,51	28.253.999,90
Relações Interfinanceiras		44.841.081,26	45.726.379,96
Repasses Interfinanceiros		44.841.081,26	45.726.379,96
Relações de Interdependências		7.762.250,00	921.454,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		7.762.250,00	921.454,00
Outras Obrigações		3.700.745,13	3.489.245,68
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		768,60	23.500,79
Sociais e Estatutárias		1.994.621,86	1.223.638,78
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		401.946,27	698.646,09
Diversas		1.303.408,40	1.543.460,02
Não Circulante		6.343.377,61	5.269.180,50
Relações Interfinanceiras		5.723.595,18	4.817.996,90
Repasses Interfinanceiros		5.723.595,18	4.817.996,90
Outras Obrigações		619.782,43	451.183,60
Diversas		192.536,02	27.317,41
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		427.246,41	423.866,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.957.551,04	109.895.557,89
Capital Social		93.479.870,46	93.045.197,23
De Domiciliados no País		93.503.870,46	93.052.602,58
(-) Capital a Realizar		(24.000,00)	(7.405,35)
Reserva de Sobras		15.977.519,80	14.594.719,84
Sobras ou Perdas Acumuladas		3.500.160,78	2.255.640,82
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		350.055.879,62	268.142.779,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

Descrição	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		12.912.391,33	23.553.043,90	13.154.238,04	26.479.089,49
Operações de Crédito		10.276.133,54	18.416.529,96	8.043.667,81	17.102.874,40
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		19.902,42	107.115,36	445.033,52	1.314.007,56
Resultado das Aplicações Compulsórias		658.394,20	759.820,67	425.401,20	425.401,20
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.957.961,17	4.269.577,91	4.240.135,51	7.636.806,33
Dispêndio da Intermediação Financeira		(6.318.813,60)	(15.087.188,11)	(4.306.844,72)	(12.748.651,54)
Operações de Captação no Mercado		(1.655.366,04)	(3.395.579,63)	(3.303.194,72)	(6.030.299,83)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.557.802,26)	(3.179.181,94)	(1.611.805,23)	(3.057.776,94)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(3.105.645,30)	(8.512.426,54)	608.155,23	(3.660.574,77)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.593.577,73	8.465.855,79	8.847.393,32	13.730.437,95
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.200.881,54)	(3.756.805,32)	(2.070.014,07)	(3.407.624,92)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		348.649,28	710.353,89	379.114,27	729.641,43
Rendas (Ingressos) de Tarifas		166.525,01	327.792,65	174.600,63	337.202,34
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(1.461.194,42)	(2.831.222,39)	(1.353.925,41)	(2.628.514,70)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(1.365.260,84)	(2.758.475,04)	(1.417.916,38)	(2.753.155,67)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(38.889,08)	(77.103,63)	(40.679,36)	(157.367,85)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais		340.545,61	1.182.747,99	390.399,11	1.395.373,88
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(49.844,28)	(196.015,57)	(117.323,49)	(246.644,87)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(141.412,82)	(114.883,22)	(84.283,44)	(84.159,48)
Resultado Operacional		4.392.696,19	4.709.050,47	6.777.379,25	10.322.813,03
Outras Receitas e Despesas		23.943,84	226.341,64	146.990,74	(339.304,54)
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	202.397,80	104.203,69	127.130,73
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	-	(520.000,00)
Outras Receitas		23.943,84	23.943,84	42.787,05	53.575,35
Outras Despesas		-	-	-	(10,62)
Resultado Antes da Tributação e Participações		4.416.640,03	4.935.392,11	6.924.369,99	9.983.508,49
Imposto de Renda		78.237,45	-	-	-
Contribuição Social		54.142,47	(842,51)	-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		4.549.019,95	4.934.549,60	6.924.369,99	9.983.508,49
Resultado Antes dos Juros ao Capital		4.549.019,95	4.934.549,60	6.924.369,99	9.983.508,49
Juros ao Capital		(2.529.106,35)	(2.529.106,35)	(5.367.265,27)	(5.367.265,27)
Sobras/Perdas Líquidas		2.019.913,60	2.405.443,25	1.557.104,72	4.616.243,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		4.549.019,95	4.934.549,60	6.924.369,99	9.983.508,49
Juros ao Capital Recebido		(165.929,73)	(165.929,73)	(110.194,80)	(110.194,80)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(492.956,70)	-	(881.874,83)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		3.105.645,30	8.512.426,54	(608.155,23)	3.660.574,77
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		273.304,48	438.970,85	187.832,34	308.946,84
Depreciações e Amortizações		106.281,50	189.966,76	79.695,11	140.047,51
Sobras/Perdas Ajustadas Antes das Destinações		7.868.321,50	13.417.027,32	6.473.547,41	13.101.007,98
Aumento (redução) em Ativos Operacionais		-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.154.040,62	5.539.075,22	12.734.550,68	26.284.174,75
Operações de Crédito		11.708.229,63	(9.208.698,21)	(5.451.885,46)	(9.561.529,11)
Outros Créditos		615.548,44	613.475,08	14.633,29	6.709.730,86
Outros Valores e Bens		(611.725,66)	(348.406,56)	508.408,21	(671.385,65)
Aumento (redução) em Passivos Operacionais		-	-	-	-
Depósitos à Vista		5.422.282,83	5.912.768,42	7.038.530,99	3.804.774,17
Depósitos a Prazo		44.801.183,75	76.451.907,78	(18.890.156,86)	(34.481.035,86)
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		(3.380.639,02)	(10.754.763,39)	1.550.927,11	1.863.346,33
Relações de Interdependências		7.651.034,38	6.840.796,00	921.454,00	(29.546,00)
Relações Interfinanceiras		4.265.028,93	20.299,58	6.546.916,78	7.939.042,51
Outras Obrigações		(2.146.830,83)	(2.587.136,41)	(4.582.667,30)	(4.884.443,01)
FATES Sobras Exercício		(138.280,00)	(138.280,00)	(250.626,76)	(250.626,76)
Imposto de Renda		78.237,45	-	-	-
Contribuição Social		54.142,47	(842,51)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		77.340.574,49	85.757.222,32	6.613.632,09	9.823.510,21
Atividades de Investimentos		-	-	-	-
Recebimento Dividendos		-	492.956,70	-	881.874,83
Recebimento de Juros ao Capital		165.929,73	165.929,73	110.194,80	110.194,80
Aquisição de Intangível		-	6.083,21	(3.000,00)	(3.000,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.318.622,41)	(1.601.886,32)	(286.269,08)	(314.110,45)
Aquisição de Investimentos		(165.929,73)	(658.886,57)	(4.919.080,92)	(6.418.254,77)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(1.318.622,41)	(1.595.803,25)	(5.098.155,20)	(5.743.295,59)
Atividades de Financiamentos		-	-	-	-
Aumento por Novos Aportes de Capital		2.258.526,69	2.801.950,99	339.361,63	655.882,75
Devolução de Capital aos Cooperados		(3.099.089,00)	(4.656.577,45)	(4.213.446,31)	(5.915.476,11)
Estorno/Cancelamento de Capital		(3.000,00)	(5.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar		-	-	-	(15.265,04)
Juros ao Capital pago		2.508.026,54	2.508.026,54	5.359.409,52	5.359.409,52
IRRF sobre Juros ao Capital		(213.726,85)	(213.726,85)	(543.756,44)	(543.756,44)
Outros Eventos/Reservas		360.156,67	360.156,67	396.291,94	396.291,94
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		1.810.894,05	794.829,90	1.336.860,34	(63.913,38)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		77.832.846,13	84.956.248,97	2.852.337,23	4.016.301,24
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		134.217.260,61	127.093.857,77	124.241.520,54	123.077.556,53
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		212.050.106,74	212.050.106,74	127.093.857,77	127.093.857,77
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		77.832.846,13	84.956.248,97	2.852.337,23	4.016.301,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2018		88.738.835,55	(2.300,00)	12.088.452,26	1.907.546,80	2.861.320,20	105.593.854,81
Constituição de Reservas		-	-	-	(1.907.546,80)	1.907.546,80	-
Ao Capital		4.753.601,96	-	-	-	(4.753.601,96)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados		-	-	-	-	(15.265,04)	(15.265,04)
Outros Eventos/Reservas						396.291,94	396.291,94
Por Subscrição/Realização		660.988,10	(5.105,35)	-	-	-	655.882,75
Por Devolução (-)		(5.915.476,11)	-	-	-	-	(5.915.476,11)
Estorno de Capital		(1.000,00)	-	-	-	-	(1.000,00)
Sobras ou Perdas Brutas						9.983.508,49	9.983.508,49
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(5.367.265,27)	(5.367.265,27)
Juros ao Capital		5.359.409,52	-	-	-	-	5.359.409,52
IRRF sobre Juros ao Capital		(543.756,44)	-	-	-	-	(543.756,44)
Fundo de Reserva		-	-	1.002.507,03	-	(1.002.507,03)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	1.503.760,55	(1.503.760,55)	-
FATES		-	-	-	-	(250.626,76)	(250.626,76)
Saldo em 31/12/2019		93.052.602,58	(7.405,35)	13.090.959,29	1.503.760,55	2.255.640,82	109.895.557,89
Outros Eventos/Reservas						360.156,67	360.156,67
Por Subscrição/Realização		2.818.545,64	(16.594,65)	-	-	-	2.801.950,99
Por Devolução (-)		(4.656.577,45)	-	-	-	-	(4.656.577,45)
Estorno de Capital		(5.000,00)	-	-	-	-	(5.000,00)
Sobras ou Perdas Brutas						4.934.549,60	4.934.549,60
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(2.529.106,35)	(2.529.106,35)
Juros ao Capital		2.508.026,54	-	-	-	-	2.508.026,54
IRRF sobre Juros ao Capital		(213.726,85)	-	-	-	-	(213.726,85)
Fundo de Reserva		-	-	553.119,98	-	(553.119,98)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	829.679,98	(829.679,98)	-
FATES		-	-	-	-	(138.280,00)	(138.280,00)
Saldo em 31/12/2020		93.503.870,46	(24.000,00)	13.644.079,27	2.333.440,53	3.500.160,78	112.957.551,04
Saldo em 30/06/2019		92.108.484,18	(3.855,35)	12.088.452,26	-	3.059.138,50	107.252.219,59
Outros Eventos/Reservas						396.291,94	396.291,94
Por Subscrição/Realização		342.911,63	(3.550,00)	-	-	-	339.361,63
Por Devolução (-)		(4.213.446,31)	-	-	-	-	(4.213.446,31)
Estorno de Capital		(1.000,00)	-	-	-	-	(1.000,00)
Sobras ou Perdas Brutas						6.924.369,99	6.924.369,99
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(5.367.265,27)	(5.367.265,27)
Juros ao Capital		5.359.409,52	-	-	-	-	5.359.409,52
IRRF sobre Juros ao Capital		(543.756,44)	-	-	-	-	(543.756,44)
Fundo de Reserva		-	-	1.002.507,03	-	(1.002.507,03)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	1.503.760,55	(1.503.760,55)	-
FATES		-	-	-	-	(250.626,76)	(250.626,76)
Saldo em 31/12/2019		93.052.602,58	(7.405,35)	13.090.959,29	1.503.760,55	2.255.640,82	109.895.557,89
Saldo em 30/06/2020		92.030.133,08	(1.000,00)	13.090.959,29	1.503.760,55	2.641.170,47	109.265.023,39
Outros Eventos/Reservas						360.156,67	360.156,67
Por Subscrição/Realização		2.281.526,69	(23.000,00)	-	-	-	2.258.526,69
Por Devolução (-)		(3.099.089,00)	-	-	-	-	(3.099.089,00)
Estorno de Capital		(3.000,00)	-	-	-	-	(3.000,00)
Sobras ou Perdas Brutas						4.549.019,95	4.549.019,95
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(2.529.106,35)	(2.529.106,35)
Juros ao Capital		2.508.026,54	-	-	-	-	2.508.026,54
IRRF sobre Juros ao Capital		(213.726,85)	-	-	-	-	(213.726,85)
Fundo de Reserva		-	-	553.119,98	-	(553.119,98)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	829.679,98	(829.679,98)	-
FATES		-	-	-	-	(138.280,00)	(138.280,00)
Saldo em 31/12/2020		93.503.870,46	(24.000,00)	13.644.079,27	2.333.440,53	3.500.160,78	112.957.551,04

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		4.549.019,95	4.934.549,60	6.924.369,99	9.983.508,49
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		4.549.019,95	4.934.549,60	6.924.369,99	9.983.508,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA. - SICOOB COOPERCRED** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **17/12/1983**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPERCRED** possui 1 Sede e 1 Posto de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: **GOIANÉSIA - GO** e **BARREIRAS - BA**.

O **SICOOB COOPERCRED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente

àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **08/04/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser considerados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos são: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). En-

tretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020**, não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa (I)	394.794,27	218.384,16
Relações interfinanceiras - centralização financeira (II)	211.655.312,47	126.875.473,61
TOTAL	212.050.106,74	127.093.857,77

(I) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento) e em custódia na tesouraria centralizada (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(II) Conta Centralização Financeira da cooperativa na Central SICOOB UNI. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram, respectivamente, R\$ 4.269.577,91 e R\$ 7.636.806,33.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ligadas	1.746.806,00	7.285.881,22
TOTAL	1.746.806,00	7.285.881,22

(I) Referem-se as aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no BANCOOB com remuneração entre 101% e 102% do CDI. Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 107.115,36 e R\$ 1.314.007,56.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	39.211.215,50	17.864.624,89	57.075.840,39	50.600.046,70
Financiamentos	958.323,13	1.403.809,22	2.362.132,35	1.285.814,97
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	57.247.860,89	8.162.065,99	65.409.926,88	65.141.526,59
Total de Operações de Crédito	97.417.399,52	27.430.500,10	124.847.899,62	117.027.388,26
(-) Provisões para Operações de Crédito	(11.329.740,05)	(2.232.940,79)	(13.562.680,84)	(6.438.441,15)
TOTAL	86.087.659,47	25.197.559,31	111.285.218,78	110.588.947,11

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,5%	Normal	12.791.469,69	918.645,29	28.593.613,26	42.303.728,24	(211.518,64)	38.473.364,19	(192.366,82)
B	1%	Normal	7.732.362,62	872.277,38	7.512.705,66	16.117.345,66	(161.173,46)	31.127.703,43	(311.277,03)
B	1%	Vencidas	15.758,40	-	-	15.758,40	(157,58)	119.891,78	(1.198,92)
C	3%	Normal	14.673.592,24	457.258,88	26.068.164,38	41.199.015,50	(1.235.970,46)	24.057.480,66	(721.724,42)
C	3%	Vencidas	16.816,52	-	198.672,98	215.489,50	(6.464,68)	498.006,24	(14.940,19)
D	10%	Normal	7.721.185,17	105.382,70	919.899,70	8.746.467,57	(874.646,76)	15.870.206,85	(1.587.020,69)
D	10%	Vencidas	34.461,53	-	-	34.461,53	(3.446,15)	498.349,61	(49.834,96)
E	30%	Normal	3.972.787,13	-	2.051.423,43	6.024.210,56	(1.807.263,17)	1.428.920,77	(428.676,23)
E	30%	Vencidas	115.964,15	-	-	115.964,15	(34.789,24)	209.730,01	(62.919,00)
F	50%	Normal	1.129.857,64	8.568,10	-	1.138.425,74	(569.212,87)	2.033.982,19	(1.016.991,10)
F	50%	Vencidas	404.981,62	-	65.447,47	470.429,09	(235.214,54)	112.515,91	(56.257,96)
G	70%	Normal	49.672,98	-	-	49.672,98	(34.771,09)	1.703.185,84	(1.192.230,09)
G	70%	Vencidas	96.262,16	-	-	96.262,16	(67.383,51)	303.490,76	(212.443,53)
H	100%	Normal	4.668.400,38	-	-	4.668.400,38	(4.668.400,38)	45.536,22	(45.536,22)
H	100%	Vencidas	3.652.268,16	-	-	3.652.268,16	(3.652.268,16)	545.023,80	(545.023,80)
Total Normal			52.739.327,85	2.362.132,35	65.145.806,43	120.247.266,63	(9.562.956,83)	114.740.380,15	(5.495.822,60)
Total Vencidas			4.336.512,54	-	264.120,45	4.600.632,99	(3.999.723,86)	2.287.008,11	(942.618,36)
Total Geral			57.075.840,39	2.362.132,35	65.409.926,88	124.847.899,62	(13.562.680,69)	117.027.388,26	(6.438.440,96)
Provisões			(11.774.583,79)	(41.856,05)	(1.746.241,00)	(13.562.680,84)		(6.438.441,15)	
Total Líquido			45.301.256,60	2.320.276,30	63.663.685,88	111.285.218,78		110.588.947,11	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	17.490.134,06	21.721.081,44	17.864.624,89	57.075.840,39
Financiamentos	234.466,61	723.856,52	1.403.809,22	2.362.132,35
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.936.132,57	48.311.728,32	8.162.065,99	65.409.926,88
TOTAL	26.660.733,24	70.756.666,28	27.430.500,10	124.847.899,62

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.484.188,17	173.652,70	-	3.657.840,87	3%
Setor Privado - Indústria	4.087.470,71	-	-	4.087.470,71	3%
Setor Privado - Serviços	14.651.622,62	852.922,19	-	15.504.544,81	12%
Pessoa Física	30.493.144,57	1.284.627,32	58.404.249,66	90.182.021,55	72%
Outros	4.359.414,32	50.930,14	7.005.677,22	11.416.021,68	9%
TOTAL	57.075.840,39	2.362.132,35	65.409.926,88	124.847.899,62	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	6.438.441,15	5.520.747,88
Constituições/Reversões	8.260.162,10	3.469.916,57
Transferência para prejuízo	(1.135.922,41)	(2.552.223,30)
TOTAL	13.562.680,84	6.438.441,15

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	5.700.001,96	5,00%	5.430.933,41	5,00%
10 Maiores Devedores	38.854.249,19	31,00%	36.741.473,05	31,00%
50 Maiores Devedores	90.394.188,81	72,00%	81.777.015,39	70,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	4.288.470,06	3.071.679,40
Valor das operações transferidas no período	1.226.787,95	2.648.715,29
Valor das operações recuperadas no período	(2.912.015,75)	(1.428.426,77)
Desconto Concedido em Operações de Crédito	(27.497,71)	(3.497,86)
TOTAL	2.575.744,55	4.288.470,06

h) Operações renegociadas:

As operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um saldo devedor conforme demonstrado abaixo, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de crédito e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações Renegociadas	3.627.143,40	488.440,62

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados	181.682,64	-	33.350,27	-
Rendas a Receber (I)	393.240,72	-	589.214,02	-
Diversos (II)	2.913.111,69	1.907.266,19	2.464.946,94	2.759.866,19
(-) Provisões para outros créditos	(181.513,46)	(53.640,00)	(26.854,76)	(46.899,80)
TOTAL	3.306.521,59	1.853.626,19	3.060.656,47	2.712.966,39

(I) Rendas a receber de tarifas de convênios de terceiros e de rendimentos da centralização financeira da Cooperativa Sicoob Coopercred na Central Sicoob Uni.

(II) O grupo contábil “Diversos” é composto pelos seguintes valores:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e antecipações salariais	470,02	-	-	-
Adiant. para pagamentos de nossa conta	961,90	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	106.251,04	-	-	-
Devedores por compra de valores e bens (I)	2.646.000,00	1.478.000,00	2.353.980,03	2.336.000,00
Para Interposição de rec. fiscais Lei 9.703/98 (II)	-	429.266,19	-	423.866,19
Impostos e contribuições a compensar	144.421,34	-	69.913,13	-
Títulos e créditos a receber	6.394,29	-	6.447,50	-
Devedores diversos - país	8.613,10	-	34.606,28	-
TOTAL	2.913.111,69	1.907.266,19	2.464.946,94	2.759.866,19

I) Valor a receber referente aos Devedores por compra de valores e bens.

II) Devedores por depósitos em garantia correspondem a depósitos judiciais caucionados para questionamento sobre a legalidade da inclusão dos ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (I)	3.570.288,24	-	3.242.074,76	-
Material em Estoque (II)	329,00	-	168,00	-
Despesas Antecipadas (III)	46.435,37	-	26.403,29	-
TOTAL	3.617.052,61	-	3.268.646,05	-

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(III) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito	6.182.638,54	6.016.708,81
Partic. em Inst. Financ. controlada por Coop. Crédito	7.417.584,81	6.924.627,97
TOTAL	13.600.223,35	12.941.336,78

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso		941.485,98	-
Terrenos		278.000,00	278.000,00
Edificações	4%	335.606,38	335.606,38
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-	(229.331,35)
Instalações	10%	288.040,67	288.040,67
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-	(119.537,11)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.433.185,72	403.525,79
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-	(133.378,37)
Sistema de Comunicação	20%	-	7.279,90
Sistema de Processamento de Dados	20%	-	401.126,63
Sistema de Segurança	10%	-	48.086,91
Veículos	20%	170.990,00	122.837,09
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(851.402,49)	(219.344,32)
TOTAL		2.595.906,26	1.182.912,22

11. Depósitos

São compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

São compostos também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	26.801.049,31		20.888.280,89	
Depósito a Prazo	130.150.588,76	0,16	53.698.680,98	0,37
TOTAL	156.951.638,07		74.586.961,87	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	40.139.443,56	22,04%	10.312.186,93	9,95%
10 Maiores Depositantes	110.844.173,61	60,84%	50.535.444,37	48,75%
50 Maiores Depositantes	142.742.993,37	78,36%	77.826.525,28	75,07%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.321.468,28)	(2.543.891,48)	(2.526.338,71)	(4.477.266,82)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(188.438,60)	(618.352,01)	(670.831,93)	(1.362.555,51)
Despesas de Contrib. Fundo Garantidor de Créditos	(145.459,16)	(233.336,14)	(106.024,08)	(190.477,50)
TOTAL	(1.655.366,04)	(3.395.579,63)	(3.303.194,72)	(6.030.299,83)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se as Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Créd. do Agronegócio	(188.438,60)	(618.352,01)	0,14%	(670.831,93)	(1.362.555,51)	0,32%

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	46.382.166,32	6.550.675,14	47.539.462,66	5.467.415,93
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(1.541.085,06)	(827.079,96)	(1.813.082,70)	(649.419,03)
TOTAL	44.841.081,26	5.723.595,18	45.726.379,96	4.817.996,90

a) As despesas dessa transação resultaram em **31/12/2020** e **31/12/2019** nos respectivos montantes de R\$ 1.557.802,26 e R\$ 1.611.805,23, com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

14. Outras obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Operações de Crédito	138,04	-	21.449,06	-
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	630,56	-	2.051,73	-
TOTAL	768,60	-	23.500,79	-

b) Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (I)	1.355.156,50	-	1.205.989,91	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	639.465,36	-	17.648,87	-
TOTAL	1.994.621,86	-	1.223.638,78	-

(I) Resultado de atos com associados e não associados: o FATES é destinado às atividades

educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contrib. s/ Serviços de Terceiros	9.092,40	-	5.266,63	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	143.330,99	-	113.828,91	-
Outros	249.522,88	-	579.550,55	-
TOTAL	401.946,27	-	698.646,09	-

d) Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	50.188,16	-	587,66	-
Obrig. por Prest. de Serviços de Pagamento (I)	458.140,21	-	319.602,68	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	515.981,15	-	387.335,67	-
Provisão para Contingências (III)	-	427.246,41	-	423.866,19
Prov. para Garantias Financeiras Prestadas (IV)	189.956,74	192.536,02	240.292,13	27.317,41
Credores Diversos - País (V)	89.142,17	-	595.641,88	-
TOTAL	1.303.408,40	619.782,43	1.543.460,02	451.183,60

(I) Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento referem-se à folha de pagamento de associados, liquidada pela cooperativa.

(II) Provisões para pagamento de despesas com pessoal, despesas administrativas e outros pagamentos, liquidados nos meses subsequentes.

(III) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 31/01/2004 a 30/11/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia. É

estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

(IV) Provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(V) Credores diversos de liquidação de cobrança, pendências a regularizar em processo de apuração e cheques liquidados no mês subsequente.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPERCRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	93.479.870,46	93.045.197,23
Quantidade de associados	1.503	1.427

b) Reserva legal - Reserva de sobras

Reserva legal é representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Reserva estatutária é representada pelas destinações estatutárias para aumento de capital, no percentual de 30%, utilizada para rateio na forma do artigo 27, inciso I, e incorporados às respectivas contas.

c) Sobras do exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para

aos quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **30/06/2020** os cooperados deliberaram pela destinação do resultado do exercício findo em **31 de dezembro de 2019** no valor de R\$ **2.255.640,82** pela retenção das sobras do exercício em sobras acumuladas.

d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	2.405.443,25	4.616.243,22
Ajuste Fundo de assistência técnica, educacional e social (*)	360.156,67	396.291,94
Resultado de atos com não associados	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.765.599,92	5.012.533,16
Destinações estatutárias	(1.521.079,96)	(2.756.894,34)
Reserva legal - 20%	(553.119,98)	(1.002.507,03)
Fundo para Aumento de Capital - 30%	(829.679,98)	(1.503.760,55)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(138.280,00)	(250.626,76)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.244.519,96	2.255.640,82

(*) Ajuste Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Assistência médica	16.593,80	-
Alimentação do trabalhador	220.903,38	173.946,28
Seguro de vida dos funcionários	4.613,92	7.183,91
Auxílio para a educação	10.045,01	17.368,82
Assistência odontológica	4.681,72	3.897,08
Ginastica laboral	9.237,55	9.060,00
Programa de formação profissional	27.661,35	12.414,80
Cursos	358,00	390,00
Confraternização	4.142,52	11.549,83
Brindes	59.862,32	77.497,95
Eventos internos	2.057,10	82.983,27
Total	360.156,67	396.291,94

17. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Operações De Crédito	7.777.639,19	15.504.514,21	7.938.843,92	15.494.185,28
Recuperação De Créd. Baixados Como Prejuízo	2.498.494,35	2.912.015,75	104.823,89	1.523.776,72
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	1.957.961,17	4.269.577,91	4.240.135,51	7.636.806,33
Rendas De Aplicações Interf. De Liquidez	19.902,42	107.115,36	445.033,52	1.314.007,56
Rendas De Créditos Vinculados Ao Crédito Rural	658.394,20	759.820,67	425.401,20	425.401,20
TOTAL	12.912.391,33	23.553.043,90	13.154.238,04	26.394.177,09

18. Dispendio da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
(-) Despesas De Captação	(1.655.366,04)	(3.395.579,63)	(3.303.194,72)	(6.030.299,83)
(-) Desp. Obrigações Por Emprést. e Repasses	(1.557.802,26)	(3.179.181,94)	(1.611.805,23)	(3.057.776,94)
Operações De Crédito De Liquidação Duvidosa	4.864.982,89	7.450.626,48	4.670.854,72	6.913.751,75
Outros Créditos De Liquidação Duvidosa	6.159,14	40.762,30	-	8.459,07
(-) Provisões Para Operações De Crédito	(7.815.657,13)	(15.710.788,58)	(4.035.844,73)	(10.503.113,67)
(-) Provisões Para Outros Créditos	(161.130,20)	(293.026,74)	(26.854,76)	(79.671,92)
TOTAL	(6.318.813,60)	(15.087.188,11)	(4.306.844,72)	(12.748.651,54)

19. Ingressos de prestação de serviço

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Cobrança	79.569,95	142.611,85	57.638,35	112.182,35
Rendas De Serviços De Custódia	-	-	-	2.321,12
Rendas De Outros Serviços	269.079,33	567.742,04	321.475,92	615.137,96
TOTAL	348.649,28	710.353,89	379.114,27	729.641,43

20. Ingressos de tarifas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	42.198,70	84.068,70	39.065,00	75.552,50
Rendas De Serviços Prioritários - PF	35.746,92	72.309,86	52.487,24	96.481,67
Rendas De Serviços Diferenciados - PF	2.348,17	5.046,27	2.938,65	5.227,49
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	86.231,22	166.367,82	80.109,74	159.940,68
TOTAL	166.525,01	327.792,65	174.600,63	337.202,34

21. Dispêndios de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(22.809,00)	(46.235,98)	(23.426,99)	(46.229,24)
Desp. de Honorários - Diretoria e Cons. de Adm.	(386.453,12)	(732.108,15)	(365.866,20)	(700.780,45)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(141.600,49)	(266.075,08)	(119.465,09)	(213.496,09)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(303.145,16)	(558.866,80)	(259.561,49)	(508.433,83)
Despesas de Pessoal - Proventos	(573.686,20)	(1.182.933,29)	(568.908,94)	(1.129.125,24)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(23.583,77)	(28.059,35)	(8.965,55)	(12.804,80)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9.916,68)	(16.943,74)	(7.731,15)	(17.645,05)
TOTAL	(1.461.194,42)	(2.831.222,39)	(1.353.925,41)	(2.628.514,70)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(10.332,10)	(12.617,79)	(5.374,61)	(9.739,96)
Despesas de Aluguéis	(3.704,00)	(7.749,30)	(4.006,02)	(7.570,56)
Despesas de Comunicações	(26.396,31)	(57.082,25)	(32.504,08)	(66.091,41)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(12.230,70)	(24.033,61)	(24.830,33)	(51.086,17)
Despesas de Material	(10.713,09)	(18.001,67)	(7.955,96)	(17.184,91)
Despesas de Processamento de Dados	(41.826,27)	(54.888,91)	(14.917,66)	(29.530,07)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(74.805,82)	(128.108,97)	(129.344,21)	(171.341,09)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(27.099,70)	(117.232,24)	(90.996,86)	(221.480,91)
Despesas de Publicações	-	(2.860,00)	-	(1.980,00)
Despesas de Seguros	(12.944,12)	(23.230,44)	(7.047,88)	(10.674,87)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(306.384,36)	(592.454,88)	(323.223,27)	(604.764,01)
Despesas de Serviços de Terceiros	(87.885,33)	(142.046,78)	(51.072,93)	(106.746,75)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(36.545,55)	(66.819,00)	(34.721,63)	(75.023,93)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(68.440,14)	(145.917,81)	(82.673,05)	(140.841,10)
Despesas de Transporte	(46.420,99)	(91.839,43)	(43.578,27)	(86.672,77)
Despesas de Viagem ao Exterior	(5.431,44)	(7.238,68)	(21.145,22)	(32.352,39)
Despesas de Viagem no País	(30.687,60)	(37.291,62)	(62.363,70)	(78.763,42)
Despesas de Amortização	(537,24)	(1.074,48)	(512,24)	(2.566,50)
Despesas de Depreciação	(105.744,26)	(188.892,28)	(79.182,87)	(137.481,01)
Outras Despesas Administrativas	(104.789,80)	(214.835,45)	(113.955,81)	(216.893,99)
Emolumentos judiciais e cartorários	(33.596,44)	(45.502,33)	(2.415,48)	(20.903,32)
Contribuição a OCE	-	-	-	(1.251,00)
Rateio de despesas da Central Sicoob Uni	(231.033,85)	(548.498,17)	(200.341,58)	(558.652,58)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(87.711,73)	(230.258,95)	(85.752,72)	(103.562,95)
TOTAL	(1.365.260,84)	(2.758.475,04)	(1.417.916,38)	(2.753.155,67)

23. Dispêndios tributários

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas Tributárias	(12.265,32)	(18.042,09)	(2.817,46)	(80.441,97)
Disp. Imposto S/Serviços Qualquer Natureza-Iss	(10.959,36)	(21.279,54)	(16.290,68)	(34.056,65)
Despesas De Contribuicao Ao Cofins	(8.873,00)	(23.449,26)	(14.838,19)	(29.611,66)
Despesas De Contribuição Ao Pis/Pasep	(6.791,40)	(14.332,74)	(6.733,03)	(13.257,57)
TOTAL	(38.889,08)	(77.103,63)	(40.679,36)	(157.367,85)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	5.227,41	118.036,35	9.501,40	11.098,59
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	131.891,66	324.087,63	103.548,90	224.787,36
Outras Rendas Operacionais	203.426,54	740.624,01	277.348,81	1.159.487,93
TOTAL	340.545,61	1.182.747,99	390.399,11	1.395.373,88

25. Outros dispêndios operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Disp. Descontos Concedidos Em Renegociações	(17.540,36)	(132.796,54)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(32.303,92)	(63.219,03)	(117.323,49)	(246.644,87)
TOTAL	(49.844,28)	(196.015,57)	(117.323,49)	(246.644,87)

26. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	202.397,80	104.203,69	127.130,73
Ganhos de Capital	23.943,84	23.943,84	39.277,83	50.066,13
Outras Rendas não Operacionais	-	-	3.509,22	3.509,22
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	-	-	(520.000,00)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	-	-	(10,62)
Resultado Líquido	23.943,84	226.341,64	146.990,74	(339.304,54)

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de

suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	41.439.392,08	20,4380%	1.107.718,06
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	5.961.603,94	2,9403%	108.467,32
TOTAL	47.400.996,02	23,3782%	1.216.185,38
Montante das Operações Passivas	395.749.248,31	72,2350%	

b) Operações ativas e passivas - saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	245,96	1,66	0,1039%
Conta Garantida	3.673,92	102,04	1,0401%
Financiamentos Rurais	10.380.105,25	273.120,91	15,8693%
Empréstimos	5.691.325,39	134.846,76	11,6183%
Financiamentos	50.028,95	1.126,94	2,1180%
Direitos Cred. Descontados	97.970,69	489,86	1,3063%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	7.827.692,26	29,4537%	0%
Depósitos a Prazo	84.575.258,85	64,9826%	0,1615%
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	247.610,42	1,4150%	0,1392%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,35%
Empréstimos	0,69%
Financiamentos Rurais - repasses	1,00%
Aplicação Financeira - pós-fixada	97,28%
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	0,55%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela Administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	13,51%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,69%
Crédito Rural (modalidades)	13,16%
Aplicações Financeiras	72,23%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Garantida	44.679.042,38
Empréstimos	36.908.976,37
Financiamentos	200.028,54

e) No exercício de **2020**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Honorários - Conselho Fiscal	(22.809,00)	(46.235,98)	(23.426,99)	(46.229,24)
Honorários - Diretoria e Cons. De Adm.	(386.453,12)	(732.108,15)	(365.866,20)	(700.780,45)
Encargos Sociais	(303.145,16)	(558.866,80)	(259.561,49)	(508.433,83)

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA. - SICOOB COOPERCRED**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPERCRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações (SGR).

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

30. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de estresse.

32. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos aos quais está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

33. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

34. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

35. Seguros contratados - Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	104.781.137,75	103.153.841,03
Índice de Basileia %	58,76%	64,46%
Índice de Imobilização %	2,47%	1,15%
Ativos Ponderados pelos Riscos	178.306.197,93	160.038.241,22

37. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais	427.246,41	427.246,41	423.866,19	423.866,19
Cíveis	3.380,22	-		
TOTAL	430.626,63	427.246,41	423.866,19	423.866,19

(I) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 31/01/2004 a 30/11/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica "Depósitos em Garantia".

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPERCRED**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como perdas possíveis, totalizando R\$ 787.353,34. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

Rodrigo Penna de Siqueira
Presidente

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Vice-Presidente

Carlos Henrique Pimenta De Moraes
Contador CRC-GO 026336/O-1



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À ADMINISTRAÇÃO E AOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA. - SICOOB COOPERCRED GOIANÉSIA/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda. - SICOOB COOPERCRED, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB COOPERCRED em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de dis-

torção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 08 de abril de 2021.



Diego Rabelo S. Toledo

Contador CRC/DF 019481/O-4

CNAI 2090



Parecer do Conselho Fiscal



O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda. - Sicoob Coopercred, no cumprimento às disposições legais e estatutárias e relativamente às demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresenta o seu parecer à Assembleia Geral, nos seguintes termos:

Examinamos o relatório e as demonstrações financeiras e contábeis pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 apresentadas pela Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda. - Sicoob Coopercred, e, também, consideramos: os resultados do acompanhamento sistemático; as reuniões de verificação realizadas por este Conselho no decorrer do referido exercício; as informações e esclarecimentos recebidos da Administração no decorrer do exercício; o relatório da área de Controle Interno; e, o relatório e opinião da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 08 de abril de 2021.

Neste contexto, concluímos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

As demonstrações financeiras e contábeis acima referidas apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda. - Sicoob Coopercred - em 31 de dezembro de 2020, motivo porque opinamos pela sua aprovação.

Goianésia (GO), 12 de abril de 2021.

Rodrigo Gonçalves Mendes

Nelson Gomes da Silva Neto

Jonas Gonçalves Vilela

AGÊNCIAS



SEDE

Avenida Brasil Leste, nº 48,
Centro, Goianésia-GO
CEP: 76380-025
Fone: (62) 3353-1651



BARREIRAS

Av Clériston Andrade,
nº 847, Qd. 04 Lt. 02,
Juscelino Kubitschek,
Barreiras - BA
CEP: 47800-358
Fone: (77) 3611-5151

segue lá



sicoob.coopercredgo
sicoob.com.br/web/sicoobcoopercred



#SOMOS FEITOS DE **VALORES**

